

Condições de mercado

1 O mês abril foi marcado pela subida ligeira dos principais índices acionistas e das taxas de rendibilidade da dívida soberana em países da área do euro, bem como pela recuperação do preço do petróleo. Num contexto de política monetária acomodaticia na área do euro e nos Estados Unidos e de aumento do preço do petróleo, assistiu-se a uma valorização moderada dos principais mercados acionistas e a subidas marginais dos *yields* na área do euro. Nos principais mercados acionistas, os índices apresentaram variação mensal positiva no final de abril, destacando-se o *Euro Stoxx 50* em 0,8% na área do euro, bem como o índice *S&P 500* com variação mensal de 0,3% e o *Dow Jones Industrial* em 0,6% nos Estados Unidos. No Japão, verificou-se uma descida mensal do índice *Nikkei* em 0,6%, sendo penalizado pela desvalorização do iene. No que diz respeito ao índice *PSI-20*, verificou-se uma variação de 0,6% entre o final de março e o de abril.

2 Na reunião de política monetária de 21 abril, o BCE manteve as taxas de juro de referência e mostrou disponibilidade para estímulos monetários adicionais. A taxa de juro das operações principais de refinanciamento manteve-se em 0%, sendo as taxas de juro das facilidades permanentes de cedência de liquidez e de depósito de 0,25% e -0,40%, respetivamente. Relativamente ao programa de compras do setor empresarial, que tem início previsto para junho, o BCE divulgou detalhes adicionais sobre a aquisição de títulos de dívida de sociedades não bancárias, destacando-se o montante mensal de compras de referência de 80 mil M€, a possibilidade de aquisição nos mercados primário e secundário, respeitando a proibição do financiamento monetário, a maturidade remanescente dos títulos entre 6 meses e 30 anos, bem como os seis bancos centrais que deverão efetuar as compras de ativos.

3 Em abril, o montante de compras líquidas de ativos do setor público pelo BCE situou-se acima do referencial mensal, refletindo flutuações sazonais. O montante adquirido em abril pelo BCE foi de 85,2 mil M€, acima do referencial de 80 mil M€. Desde março de 2015, o montante total adquirido é de 832,7 mil M€. A maturidade média ponderada situa-se em 8 anos, destacando-se os seguintes países com maturidades mais longas, Portugal (10,17 anos), Malta (10,15), Bélgica (9,79), Espanha (9,61) e Irlanda (9,47).

4 O Comité de política monetária (FOMC) dos Estados Unidos manteve a taxa de juro diretora. Na reunião de 27 de abril, o FOMC decidiu manter o intervalo 0,25%-0,5% para a taxa de juro diretora, em linha com o esperado pelo mercado. Apesar das melhorias verificadas ao nível do mercado de trabalho e do consumo das famílias, verifica-se ainda um nível de inflação inferior a 2%. Deste modo, reduziu-se o número de subidas prováveis nas taxas de juro dos *fed funds* a ocorrer ao longo do ano 2016.

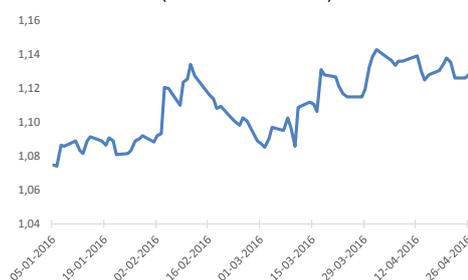
5 O Banco de Inglaterra decidiu por unanimidade manter a taxa de juro diretora no nível histórico mais baixo. Na reunião de 13 de abril, o comité de política monetária decidiu manter a taxa de juro de referência em 0,5%, bem como o *stock* de ativos financiado pelas reservas do banco central em 375 mil M£. Adicionalmente, foram analisadas as consequências para a política monetária decorrentes de um

eventual resultado do referendo de junho favorável à saída do país da União Europeia.

6 No Reino Unido assistiu-se ao debate com vista ao referendo a realizar em junho sobre a possibilidade de saída do país da União Europeia (Brexit). No debate tem-se assistido ao resultado de estudos sobre a magnitude dos impactos negativos para a economia decorrentes de uma saída da União Europeia. O Banco de Inglaterra salientou as consequências negativas de um eventual *Brexit* através do impacto negativo na taxa de câmbio da libra esterlina e dos preços dos ativos do Reino Unido.

7 O euro apreciou-se ligeiramente face ao dólar norte-americano entre o final de março e o final de abril. A taxa de câmbio situou-se em 1,14 EUR/USD no final de abril, o que representa uma variação de 0,2% em relação ao final do mês anterior (Gráfico 1). No entanto, verificaram-se algumas oscilações ao longo do mês, nomeadamente uma desvalorização do euro no decurso da reunião de política monetária do BCE no dia 21 em que o presidente mostrou disponibilidade para estímulos monetários adicionais, bem como uma depreciação do dólar norte-americano na última semana do mês, a qual foi atribuída à reunião de política monetária da Reserva Federal dos EUA, que adiou a subida das taxas de juro diretoras.

Gráfico 1 – Cotação do euro-dólar
(1 euro = x dólares)



Fonte: BCE

8 Em Espanha haverá novas eleições na sequência do impasse político sobre a formação de um governo. Na sequência do impasse entre os diversos partidos que poderiam formar governo, o rei de Espanha seguiu o procedimento com vista à dissolução do parlamento e posterior convocação de novas eleições.¹

9 No Brasil acentuou-se a crise política e as consequências negativas para a economia. O eventual afastamento do atual governo brasileiro origina um contexto de incerteza. O FMI reviu em baixa o crescimento do PIB para 2016, acentuando a previsão da recessão económica para -3,8%. Neste contexto, a agência de notação financeira *Fitch* reiterou a perspetiva negativa para o *rating* do Brasil, mantendo a dívida soberana brasileira na categoria de investimento especulativo.

10 Angola efetuou um pedido de assistência financeira ao FMI devido à deterioração das contas externas e do saldo orçamental. De acordo com o FMI, poderá ser concedida assistência financeira, bem como preparado um conjunto de medidas no sentido de acelerar a diversificação da

¹ Entretanto, a data das novas eleições foi confirmada para 26 junho.

economia, mantendo a estabilidade macroeconómica e financeira. Neste contexto, a agência de notação financeira Moody's baixou o *rating* de Angola de Ba2 para B1 com perspetiva negativa. De referir que para esta descida contribuíram a deterioração da posição externa devido à diminuição prolongada dos preços do petróleo, associada também à redução das perspetivas de crescimento económico. Com efeito, verificam-se desequilíbrios no mercado cambial e pressões descendentes ao nível das reservas externas.

11 Nos mercados obrigacionistas de títulos de dívida soberana da área do euro, registou-se uma subida das taxas de rentabilidade. Entre o final dos meses de março e abril verificou-se uma subida das taxas de rentabilidade para maturidades 5 e 10 anos para os países da área do euro (Tabela 1). O diferencial das taxas de rentabilidade das obrigações em relação à Alemanha aumentou para Itália, Irlanda e Portugal. (Tabela 2).

Tabela 1 – Taxas de rentabilidade para títulos emitidos a 10 anos
(em percentagem e em pontos percentuais)

	31-Mar-15	30-Jun-15	30-Set-15	30-Dez-15	31-Mar-16	29-Abr-16	Var. mensal (em p.p.)	Var. desde o início do ano (em p.p.)
Portugal	1,7	3,0	2,4	2,5	2,9	3,1	0,2	0,6
Itália	1,2	2,3	1,7	1,6	1,2	1,5	0,3	-0,1
Espanha	1,2	2,3	1,9	1,8	1,4	1,6	0,2	-0,2
Irlanda	0,7	1,6	1,2	1,1	0,7	1,0	0,2	-0,2
França	0,5	1,2	1,0	1,0	0,5	0,6	0,1	-0,4
Bélgica	0,4	1,2	0,9	1,0	0,5	0,7	0,2	-0,3
Alemanha	0,2	0,8	0,6	0,6	0,2	0,3	0,1	-0,4

Fontes: IGCP e cálculos da UTAO.

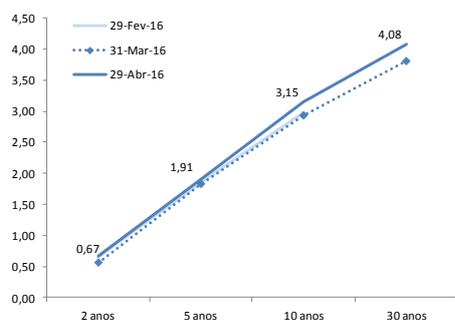
Tabela 2 – Diferenciais face à Alemanha para títulos emitidos a 10 anos
(em pontos base)

	31-Mar-15	30-Jun-15	30-Set-15	30-Dez-15	31-Mar-16	29-Abr-16	Var. mensal	Var. desde o início do ano
Portugal	150	222	180	188	278	288	10	100
Irlanda	57	87	64	52	57	69	12	17
França	29	43	40	36	33	36	3	0
Bélgica	26	45	32	34	36	40	5	6
Itália	106	157	114	97	107	122	15	25
Espanha	103	153	130	114	128	132	4	18

Fontes: IGCP e cálculos da UTAO. | Nota: 100 pontos base corresponde a 1 ponto percentual.

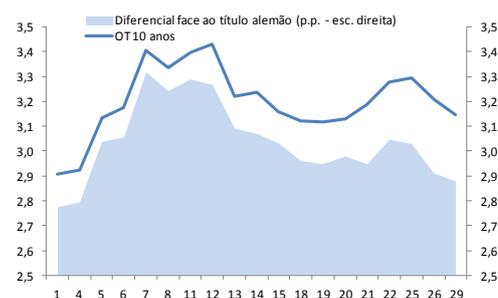
12 A curva de rendimentos dos títulos de dívida soberana de Portugal evidenciou uma subida essencialmente nos títulos com prazos mais longos. No início do mês verificou-se uma subida nos títulos com maturidades 10 e 30 anos, tendo posteriormente reduzido, mas apresentando uma subida mensal no final de abril (Gráfico 2). Na segunda metade do mês de abril, assistiu-se a uma descida quer da taxa de rentabilidade do título de dívida soberana portuguesa a 10 anos, quer do diferencial face ao título alemão com a mesma maturidade (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Curva de rendimentos da dívida pública
(em percentagem)



Fonte: IGCP. | Nota: A curva de rendimentos é baseada na taxa de rentabilidade dos títulos de dívida *benchmark*.

Gráfico 3 – Evolução diária em abril da taxa de rentabilidade (yield) a 10 anos da dívida pública portuguesa
(em percentagem e pontos percentuais)



Fonte: IGCP.

13 No mercado monetário, Portugal emitiu Bilhetes do Tesouro a 3 e 11 meses, tendo-se registado uma taxa de juro média ponderada negativa para a maturidade a 3 meses. O montante colocado do título a 3 meses (BT 22JUL2016) foi de 300 M€ com taxa de rentabilidade média ponderada de -0,004%. Relativamente ao título a 11 meses (BT 17MAR2017), o montante colocado situou-se em 800 M€ com taxa de rentabilidade média ponderada de 0,037%. Os rácios de cobertura, definido entre o montante da procura e o montante colocado, situaram-se em 2,6 e 1,4, respetivamente, sendo próximos do verificado em emissões de meses anteriores.

14 A agência de notação financeira DBRS manteve o rating atribuído à República Portuguesa. A agência DBRS manteve o *rating* de longo prazo em *BBB low* com perspetiva estável, o que mantém a dívida pública portuguesa na categoria de "investimento".² Para esta decisão contribuiu uma estrutura favorável das maturidades da dívida pública portuguesa, bem como a integração na área do euro. No entanto, a agência financeira reiterou que a economia portuguesa enfrenta obstáculos importantes, nomeadamente o elevado nível da dívida pública, pressões orçamentais, elevado endividamento do setor empresarial e baixo crescimento do produto potencial.

15 A República Portuguesa anunciou a subscrição pública de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável dirigida ao público em geral. A República Portuguesa vai emitir Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (OTRV) através de uma subscrição pública que decorre entre 26 de abril e 16 de maio para diversos tipos de investidores no montante indicativo de 350 M€. O título "OTRV maio 2021" tem maturidade de 5 anos com pagamento semestral de juro à taxa nominal de 2,2% + Euribor 6 meses.³ Trata-se de um novo instrumento de dívida que permite aos investidores a retalho terem acesso a obrigações do Tesouro.

16 As previsões do FMI para o crescimento da economia mundial em 2016 foram revistas em baixa, sendo que para 2017 se prevê uma ligeira aceleração. As taxas de crescimento para 2016 foram revistas em baixa, quando comparadas com as previsões divulgadas em outubro de 2015, tendo contribuído para esta revisão a generalidade das economias desenvolvidas (Tabela 3). Para 2017, prevê-se uma aceleração do crescimento da economia mundial, mas um crescimento na área do euro inferior ao previsto para os EUA. Relativamente a Portugal, o FMI reviu em baixa a taxa de variação do PIB para 2015 e 2016 e apresentou uma

² Das quatro principais agências de notação financeira, a DBRS é a única que não atribui a categoria de investimento especulativo.

³ No caso de taxa Euribor 6 meses negativa, a taxa de juro a considerar é de 2,2%.

previsão de crescimento para 2017 inferior ao previsto para a área do euro em 0,3 p.p..

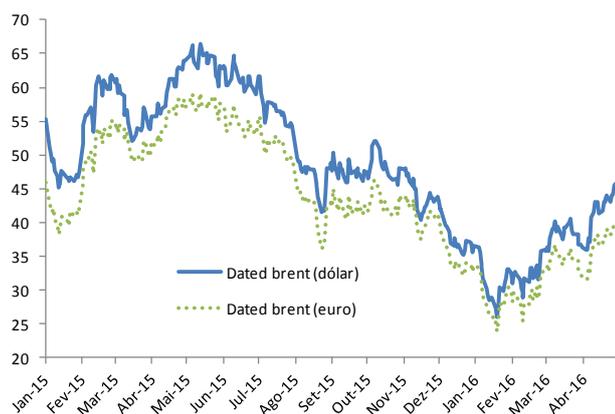
Tabela 3 – Taxas de variação anual do PIB real (em percentagem)

	2015		2016		2017
	Abril de 2016	Variação face às previsões de outubro 2015	Abril de 2016	Variação face às previsões de outubro 2015	Abril de 2016
EUA	2,4	-0,2	2,4	-0,4	2,5
Japão	0,5	-0,1	0,5	-0,5	-0,1
Área do euro	1,6	0,1	1,5	-0,1	1,6
Alemanha	1,5	0	1,5	-0,1	1,6
França	1,1	-0,1	1,1	-0,4	1,3
Itália	0,8	0	1	-0,3	1,1
Portugal	1,5	-0,1	1,4	-0,1	1,3
Reino Unido	2,2	-0,3	1,9	-0,3	2,2
China	6,9	0,1	6,5	0,2	6,2
Brasil	-3,8	-0,8	-3,8	-2,8	0
Mundo	3,1	0	3,2	-0,4	3,5

Fonte: World Economic Outlook – Abril 2016.

17 No final do mês de abril o preço do petróleo encontrava-se ao nível mais elevado de 2016, tendo atingido um máximo em euros no dia 28 de abril. O preço do petróleo situou-se em 40,0 €/barril no final do mês de abril, o que corresponde a uma subida de 24% face ao final do mês de março. De acordo com alguns analistas, o aumento do preço do petróleo pode estar associado à correção do excesso de oferta no mercado, refletindo uma descida da produção dos EUA, bem como aos cortes de produção na Nigéria, Iraque e Emiratos Árabes Unidos.

Gráfico 4 – Preço do petróleo (dated Brent) (preço do barril)



Fonte: Thomson Reuters.

Dívida direta do Estado

18 As necessidades líquidas de financiamento do Estado no primeiro trimestre resultaram do saldo orçamental negativo do subsetor Estado. As necessidades líquidas de financiamento do Estado nos três primeiros meses atingiram cerca de 2,3 mil M€ (Tabela 4). Para tal contribuiu o défice orçamental do subsetor Estado de 1,9 mil M€ e a despesa líquida com ativos financeiros de 327 M€. A despesa em ativos financeiros foi sobretudo realizada em dotações de capital (383 M€), nomeadamente na Infraestruturas de Portugal (210 M€), Metropolitano de Lisboa (47 M€) e na Carris (35 M€), e em empréstimos de médio e longo prazo ao Metro do Porto (43 M€). Face ao registado no período homólogo, as necessidades líquidas de financiamento do Estado registaram um decréscimo de 565 M€. Em termos mensais, registou-se um aumento de 1052 M€.

Tabela 4 – Necessidades líquidas de financiamento (em milhões de euros)

	Jan	Fev	Mar	Jan-Mar 2015	2016
Necessidades líquidas de financiamento	207	1029	1052	2853	2288
<i>Défice orçamental (sub-setor Estado)</i>	<i>238</i>	<i>968</i>	<i>755</i>	<i>1550</i>	<i>1961</i>
<i>Despesa com ativos financeiros</i>	<i>3</i>	<i>80</i>	<i>300</i>	<i>1316</i>	<i>383</i>
<i>Empréstimos de médio e longo prazo</i>	<i>0</i>	<i>25</i>	<i>18</i>	<i>187</i>	<i>43</i>
<i>Dotações de Capital</i>	<i>0</i>	<i>43</i>	<i>280</i>	<i>1099</i>	<i>324</i>
<i>Outros</i>	<i>3</i>	<i>12</i>	<i>1</i>	<i>30</i>	<i>16</i>
<i>Receita com ativos financeiros</i>	<i>35</i>	<i>19</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>56</i>
Despesa líquida com ativos financeiros	-32	62	297	1303	327

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

19 Após o decréscimo expressivo registado em fevereiro, a dívida direta do Estado voltou a aumentar no mês de março. No final de março, a dívida direta do Estado fixou-se em 227,3 mil M€, o que representa um aumento de 799 M€ face ao mês anterior e de 3,9 mil M€ em termos homólogos (Tabela 5).⁴ Por instrumento, o acréscimo da dívida direta do Estado incidiu, sobretudo, ao nível da dívida titulada de médio e longo prazo, em resultado da emissão de quatro leilões de Obrigações do Tesouro, dois com maturidade em abril de 2021 no valor de 1190 M€, um com maturidade em Julho de 2026 no valor de 651 e o outro com maturidade em fevereiro de 2030 no montante de 539 M€. Adicionalmente, registou-se um acréscimo líquido do stock de Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro no valor de 21 M€ e 323 M€, respetivamente. Em sentido contrário, o saldo de Bilhetes de Tesouro diminuiu 443 M€ (emissão de 1864 M€ e amortização de 2554 M€). Por último, de referir que a flutuação cambial contribuiu para um decréscimo da dívida em 642 M€.⁵

Tabela 5 – Dívida Direta do Estado (stock em final de período, em milhões de euros)

	Mar-15	Fev-16	Mar-16	Variação (%)			Variação (M€)	
				mensal	homóloga	peso (%)	mensal	homóloga
Titulada	125 963	131 931	133 082	0,9	5,7	58,5	1 150	7 119
Curto prazo	20 115	20 445	19 450	-4,9	-3,3	8,6	-995	-666
Médio e longo prazo	105 848	111 487	113 632	1,9	7,4	50,0	2 146	7 784
Não titulada	22 883	24 210	24 320	0,5	6,3	10,7	110	1 437
Cert. Aforro	12 636	12 853	12 874	0,2	1,9	5,7	21	238
Cert. do Tesouro	6 621	8 478	8 801	3,8	32,9	3,9	323	2 180
Outra	3 626	2 879	2 645	-8,1	-27,1	1,2	-234	-981
Assist. Financeira	74 495	70 379	69 917	-0,7	-6,1	30,8	-461	-4 578
Total	223 341	226 521	227 319	0,4	1,8	100,0	799	3 979
Por memória:								
Transaccionável	120 278	125 932	127 388	1,2	5,9	56,0	1 456	7 110
Não Transaccionável	103 063	100 588	99 931	-0,7	-3,0	44,0	-657	-3 131
Euro	196 018	203 398	204 839	0,7	4,5	90,1	1 441	8 821
Não euro	27 322	23 122	22 480	-2,8	-17,7	9,9	-642	-4 842
Contas margem	2 499	1 757	1 518	:	:	:	-239	-981

Fontes: IGCP e cálculos da UTAO. | Nota: Os saldos em dívida (incluindo os empréstimos do PAEF) encontram-se ao valor nominal (exceto os instrumentos emitidos a desconto que se encontram ao valor descontado), valorizados à taxa de câmbio do final do período.

20 No primeiro trimestre, a despesa com juros e outros encargos líquidos registou um acréscimo expressivo face ao período homólogo. A despesa com juros e outros encargos líquidos da dívida direta do Estado no primeiro trimestre fixou-se em 1712 M€ (Tabela 6), o que representa um aumento de 27%. Para tal contribuiu, sobretudo, o pagamento em fevereiro do cupão das OT com maturidade em fevereiro de 2016, 2024, 2030 e 2045 e os juros relativos a Certificados de Aforro e aos Certificados do Tesouro que se fixaram em 235 M€, o que compara com 113 M€ no período homólogo.⁶ Relativamente aos empréstimos no âmbito do PAEF foram pagos 446 M€ em juros, valor inferior ao verificado no período homólogo (531 M€).

⁴ Em valor nominal, exceto os instrumentos emitidos a desconto como os Bilhetes do Tesouro, valorizados à taxa de câmbio do final do período.

⁵ Relativamente às contrapartidas das contas margem recebidas no âmbito de derivados financeiros, observou-se uma redução de 615 M€.

⁶ Recorde-se que em os Certificados do Tesouro, criados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2010, o pagamento anual dos juros a partir do 5.º ano têm como referência a taxa da OT a 5 anos verificada na data de subscrição.

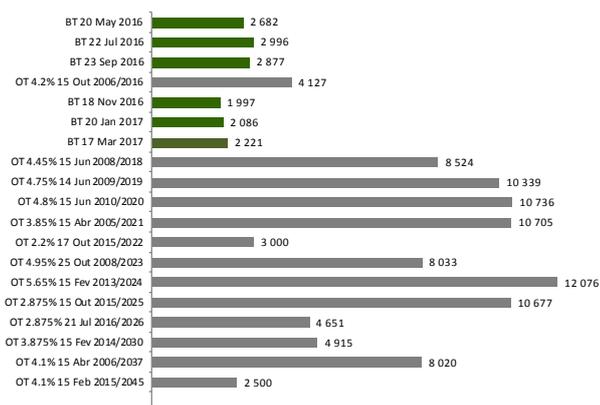
Tabela 6 – Despesa com juros e outros encargos da dívida
(em milhões de euros)

	2015	2016			jan-mar		Objectivo 06-2016	Grau de Execução (%)
		jan	fev	mar	2015	2016		
Juros da dívida pública	7 038	139	1 275	297	1 339	1 712	7 475	22,9
Bilhetes do Tesouro	99	4	0	1	62	6	11	51,2
Obrigações do Tesouro	4 087	1	1 081	0	671	1 082	4 632	23,4
Empréstimos PAEF	2 119	29	193	225	531	446	1 947	22,9
Certif. de Aforno e do Tesouro	562	99	57	79	113	235	807	29,1
CEDIC / CEDIM	37	4	5	0	8	9	16	55,2
Outros	133	2	-60	-8	-48	-66	62	-107,4
Comissões	67	9	9	3	30	21	80	26,5
Empréstimos PAEF	2	0	6	0	2	6	2	295,2
Outros	65	9	3	3	28	15	78	19,7
Juros e outros encargos pagos	7 105	149	1 284	300	1 369	1 733	7 555	22,9
Tvh (%)	0,1	18,9	36,4	-0,7	26,6		6,3	
Por memória:								
Juros recebidos de aplicações	-13	-1	-1	0	-6	-3	-9	
Juros e outros encargos líquidos	7 092	148	1 283	300	1 362	1 730	7 546	22,9
Tvh (%)	1,7	19,8	36,4	0,4	27,0		6,4	

Fontes: DGO, IGCP e cálculos da UTAO.

21 Encontra-se previsto, até ao final do ano, a amortização de BT e OT no valor de 14,7 mil M€, em valor nominal. Até ao final do ano está projetada a amortização da Obrigação do Tesouro com maturidade em outubro, no valor de 4,13 mil M€ (Gráfico 5). Adicionalmente está prevista a amortização de BT, no valor aproximado de 10,5 mil M€ (em valor nominal incluindo títulos detidos pelo fundo de regularização da dívida pública) nos meses de maio, julho, setembro e novembro de 2016.

Gráfico 5 – Perfil de amortização em abril de 2016
(em milhões de euros)



Fontes: IGCP e cálculos da UTAO. | Nota: Os dados estão ordenados por ordem crescente de maturidade

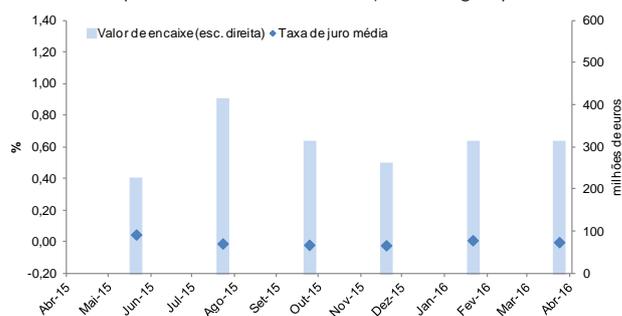
22 Em abril, a República Portuguesa emitiu Bilhetes do Tesouro a três e a onze meses. No dia 20 de abril, a República Portuguesa colocou dois BT via leilão. O primeiro no valor de 300 M€ com maturidade a 3 meses, cuja procura superou os 770 M€, a uma taxa negativa de -0,004%, e o segundo a 11 meses no valor de 800 M€, cuja procura se situou nos 1,1 mil M€, a uma taxa de 0,037%. De referir que no caso da BT a 3 meses a taxa de juro de colocação foi inferior à obtida na última operação de maturidade comparável (Tabela 7 e Gráfico 6).

Tabela 7 – Emissão de Bilhetes do Tesouro

Instrumento	Bilhetes do Tesouro	
	Jul-16	Mar-17
Maturidade	Jul-16	Mar-17
Data da Transacção	20-Abr	20-Abr
Prazo	3 meses	11 meses
Montante Colocado (M€)	300	800
Montante de Procura (M€)	770	1 131
Taxa média (%)	-0,004	0,037
Por memória: emissão anterior com maturidade equivalente (taxa média, %)		
	Fev-16	:
	0,008	:

Fontes: IGCP e cálculos da UTAO.

Gráfico 6 – Bilhetes do Tesouro a três meses
(em milhões de euros e em percentagem)



Fontes: IGCP e cálculos da UTAO.

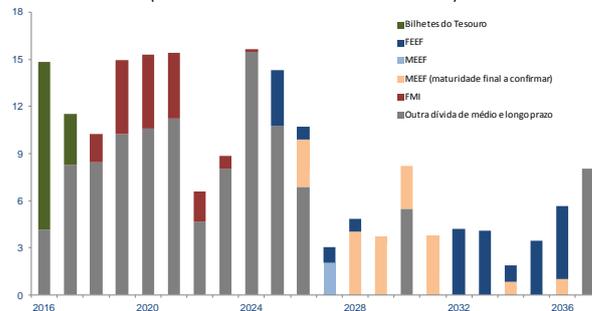
23 Portugal emitiu em abril Obrigações do Tesouro a seis e a 29 anos. No dia 6 de abril, a República Portuguesa realizou duas emissões sindicalizadas de OT, uma com maturidade em outubro de 2022, colocando 1000 M€ (procura de 2570 M€) a uma taxa de 2,576%, e outra com maturidade em fevereiro de 2045, num montante de 500 M€ (procura de 1357 M€) a uma taxa de 4,235% (Tabela 8).

Tabela 8 – Emissão de Obrigações do Tesouro

Instrumento	Obrigações de Tesouro	
	Out-22	Fev-45
Maturidade	Out-22	Fev-45
Data da Transacção	06-Abr	06-Abr
Prazo	6 anos	29 anos
Montante Colocado (M€) ¹	1 000	500
Montante de Procura (M€) ²	2 570	1 357
Taxa média (%)	2,576	4,235

Fontes: IGCP e cálculos da UTAO.

Gráfico 7 – Perfil de amortização
(em milhares de milhões de euros)



Fontes: IGCP e cálculos da UTAO.

24 No dia 26 de abril deu-se início à subscrição pública da série de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (OTRV). As OTRV são valores mobiliários emitidos pelo IGCP, sob a forma *escritural* e ao portador, denominados em euros, com valor nominal unitário de 1000 € e valor nominal global inicial de até 350 M€, o qual foi aumentado para 750 M€ no dia 9 de maio de 2016. O pagamento do juro é efetuado semestralmente em 19 de maio e 19 de novembro de cada ano, calculados a uma taxa de juro variável igual à Euribor a 6 meses acrescido de 2,2%, com um mínimo de 2,2%, sendo o reembolso do capital, ao seu valor nominal, efetuado na respetiva data de vencimento, ou seja, em 19 de maio de 2021. Adicionalmente, estas obrigações poderão ser transacionadas no mercado regulamentado *Euronext Lisbon*. O período de subscrição pública decorre entre 26 de abril e 16 de maio.